UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

CAROLINA ROSA MOREIRA

ENTRE A ESTABILIDADE E A INOVAÇÃO: OS EFEITOS DO PLANO REAL NA DINÂMICA DOS BANCOS COMERCIAIS

VARGINHA/MG

2025

CAROLINA ROSA MOREIRA

ENTRE A ESTABILIDADE E A INOVAÇÃO: OS EFEITOS DO PLANO REAL NA DINÂMICA DOS BANCOS COMERCIAIS

Trabalho de conclusão de PIEPEX apresentado ao Instituto Social de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Juliene Pereira Lima.

VARGINHA/MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Rosa Moreira, Carolina .
ENTRE A ESTABILIDADE E A INOVAÇÃO : OS EFEITOS DO PLANO REAL NA DINÂMICA DOS BANCOS COMERCIAIS / Carolina Rosa Moreira. - Varginha, MG, 2025.
41 f. : il. -

Orientador(a): Débora Juliene Pereira Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2025.
Bibliografia.

1. Plano Real. 2. Bancos Comerciais. 3. Inflação. 4. Estabilidade Econômica. I. Juliene Pereira Lima, Débora , orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

CAROLINA ROSA MOREIRA

ENTRE A ESTABILIDADE E A INOVAÇÃO: OS EFEITOS DO PLANO REAL NA DINÂMICA DOS BANCOS COMERCIAIS

A banca examinadora abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão do PIEPEX (TCP) apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 27/11/2025

Prof ª. Débora Juliene Pereira Lima

Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha - MG.

Assinatura: _____

Prof ª. Janaína Fernanda Battahin

Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha - MG.

Assinatura: _____

Prof ª. Thiago Fontelas Rosado Gambi

Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha - MG.

Assinatura: _____

RESUMO

Este trabalho analisa os impactos do Plano Real sobre a estrutura e funcionamento dos bancos comerciais brasileiros, destacando a transição de um cenário de hiperinflação para um ambiente de estabilidade monetária. A pesquisa contextualiza o histórico econômico das décadas de 1970 a 1990, marcado por sucessivos planos de estabilização: Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2, os quais não conseguiram conter a inflação de forma duradoura, mesmo que utilizassem de tentativas heterodoxas e ortodoxas. Ademais, apresentamos o Plano Real, adotado em 1994 e focalizamos em como o cenário de estabilização econômica exigiu dos bancos comerciais uma reestruturação profunda, com o fim da receita de floating e a necessidade de adaptação a um ambiente de baixa inflação. As instituições financeiras investiram em inovação, eficiência operacional e diversificação de serviços, o que resultou em benefícios tanto para os bancos quanto para os clientes. A análise dos indicadores monetários e da composição de receitas dos principais bancos privados entre 1993 e 2014 revela uma transformação significativa no setor, contribuindo para o fortalecimento do sistema financeiro nacional.

Palavras-chave: Plano Real; Bancos Comerciais; Inflação; Estabilidade Econômica.

ABSTRACT

This study examines the impacts of the Real Plan on the structure and functioning of Brazilian commercial banks, emphasizing the transition from a scenario of hyperinflation to one of monetary stability. The research contextualizes the economic background of the 1970s to the 1990s, a period marked by multiple stabilization plans-Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1, and Collor 2-which failed to curb inflation in a lasting way despite relying on both heterodox and orthodox measures. In addition, the study presents the Real Plan, implemented in 1994, and focuses on how the new environment of economic stabilization required Brazilian commercial banks to undergo profound restructuring. With the end of floating revenues and the need to adapt to a low-inflation setting, financial institutions invested in innovation, operational efficiency, and service diversification, resulting in benefits for both banks and their customers. The analysis of monetary indicators and revenue composition of major private banks between 1993 and 2014 reveals a significant transformation within the sector, contributing to the strengthening of the national financial system.

Keywords: Real Plan; Commercial Banks; Inflation; Economic Stability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Inflação durante os planos econômicos antes do Real 10

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dívida externa brasileira em dólares (1970-1985) 8
Tabela 2: Variação do PIB (%) por ano (1980-2000)..... 17
Tabela 3 Indicadores do Mercado de Trabalho Brasil (1994–2000)..... 18
Tabela 4 : IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (1994-2025)..... 21
Tabela 5: Composição Receita dos 6 Maiores Bancos Privados Nacionais (1993-2014) em bilhões de reais..... 34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7
2 CONTEXTO HISTÓRICO 7
3 PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO 11
3.1 PLANO CRUZADO 11
3.2 PLANO BRESSER 12
3.3 PLANO VERÃO 12
3.4 PLANO COLLOR 1 13
3.5 PLANO COLLOR 2 13
4 PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL 14
5 AS FASES DO PLANO 15
5.1 O AJUSTE FISCAL EMERGENCIAL 15
5.2 A CRIAÇÃO DA UNIDADE REAL DE VALOR (URV) 16
5.3 A INSTITUIÇÃO DA NOVA MOEDA – O REAL 19
6 EFEITOS NOS INDICADORES 20
7 BANCOS COMERCIAIS 23
7.1 CENÁRIO ECONÔMICO ANTES DO PLANO REAL 25
7.2 CENÁRIO ECONÔMICO APÓS O PLANO REAL 26
8 OS BANCOS COMERCIAIS NO CENÁRIO DE ADAPTAÇÃO AO PLANO REAL 29
8.1 BENEFÍCIOS PARA AS INSTITUIÇÕES 30
8.2 BENEFÍCIOS PARA OS CLIENTES 31
8.3 INFLUÊNCIA DAS ALTERAÇÕES NOS BANCOS COMERCIAIS NOS INDICADORES MONETÁRIOS – MELHORA OU PIORA? 32
CONSIDERAÇÕES FINAIS 35
REFERÊNCIAS 36

1 INTRODUÇÃO

A implementação do Plano Real, em 1994, marcou uma inflexão decisiva na economia brasileira ao introduzir uma nova moeda e um conjunto de medidas fiscais, monetárias e cambiais voltadas ao controle da hiperinflação, conforme abordado por Filgueiras (2000). A estabilização dos preços alterou significativamente o ambiente de atuação do sistema financeiro, especialmente dos bancos comerciais, que passaram a lidar com novas regras prudenciais, padrões de eficiência mais elevados e mudanças profundas em suas fontes de receita.

A justificativa desta pesquisa encontra-se na relevância do setor bancário para a estabilidade macroeconômica e na necessidade de compreender como tais instituições reagiram a uma das transformações econômicas mais profundas do período recente. Analisar esse processo permite identificar de que forma a estabilização afetou crédito, rentabilidade, risco e a dinâmica operacional dos bancos comerciais. Outrossim, a investigação será conduzida por meio de análise documental e quantitativa, combinando revisão bibliográfica com dados secundários provenientes de séries históricas do Banco Central e relatórios financeiros de bancos privados, possibilitando que examinemos a evolução das operações bancárias e das receitas no período pós-1994.

O objeto central do estudo é a adaptação dos bancos comerciais brasileiros ao novo ambiente econômico estabelecido pelo Plano Real. Para orientar essa análise, definem-se três objetivos específicos: identificar as alterações regulatórias e operacionais que afetaram os bancos; avaliar os efeitos da estabilização sobre crédito, rentabilidade e riscos; e examinar a contribuição das instituições bancárias para o fortalecimento do sistema financeiro em um contexto de baixa inflação.

O texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o contexto histórico anterior ao Plano Real; a seção 3 revisa os principais planos de estabilização; a seção 4 aborda a fase de pré-implementação; a seção 5 descreve as etapas do Plano Real; a seção 6 analisa seus efeitos sobre indicadores econômicos; a seção 7 discute o papel dos bancos antes e depois da estabilização; a seção 8 examina as adaptações institucionais; a seção 9 avalia os impactos sobre indicadores monetários; e, por fim, as considerações finais sintetizam os resultados.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

A hiperinflação é um conceito econômico que ocorre quando uma escalada acentuada dos preços passa a atingir uma proporção acima dos níveis considerados adequados, de acordo com a abordagem de pesquisa desenvolvida por Bianconi (2022). No Brasil, ela tornou-se parte da realidade econômica durante as décadas de 1970 e 1980, resultado de diversos fatores que fizeram com que a situação atingisse grandes dimensões.

Segundo Filgueiras (2000) uma série de desafios econômicos interligados como a dívida externa acumulada, o segundo choque do petróleo em 1979 com aumento dos juros internacionais, seguidos pela suspensão de financiamentos externos desde 1982, assolaram o país, criando um ambiente de vulnerabilidade econômica.

Conforme descrito por Genta (2019), durante o Regime Militar (1964-1985) foram implementadas políticas de desenvolvimento financiadas, muitas vezes, por empréstimos externos. Com a priorização de projetos de industrialização e infraestrutura por parte do governo militar, o descaso com a economia resultou no aumento da dívida externa e na falta de controle da inflação, refletindo na vulnerabilidade econômica brasileira.

Ribeiro (2015) trata a Crise do Fordismo (final de 1970-início de 1980) como um dos principais fatores que agravaram a situação econômica, com o fim da era da produção em massa. Ademais, com a economia em declínio, as empresas não conseguiam manter a rentabilidade e os preços continuavam subindo, enquanto a rigidez do modelo de Henry Ford não permitia adaptações rápidas para acompanhar as novas exigências do mercado.

Logo, a Crise do Petróleo (1973 e 1979) fez com que o Brasil, que necessitava fortemente da importação desse produto viesse a sofrer diretamente com os impactos do aumento dos preços, ocasionando um efeito cascata sobre a economia, elevando os preços internos e a inflação. Filgueiras (2000) apresenta então, uma parte importante da cronologia da história, citando que o governo brasileiro aumentou seu endividamento externo quando passou a utilizar de empréstimos externos a fim de financiar os custos exorbitantes.

Tabela 1: Dívida externa brasileira em dólares (1970-1985)

Ano	Dívida Externa (US$ bilhões)
1980	64,26
1981	73,96

1982	85,49
1983	93,75
1984	102,13
1985	105,17
1986	111,20
1987	121,19
1988	113,51
1989	115,51
1990	123,44

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do Ipeadata.

Conforme observa-se na Tabela 1 nota-se uma tendência de crescimento contínuo da dívida externa brasileira entre os anos de 1980 e 1990. Embora o valor inicial em 1980 fosse de US$ 64,26 bilhões, esse montante aumentou progressivamente, atingindo US$ 123,44 bilhões em 1990. Por conseguinte, esse avanço reflete não apenas os desdobramentos da política econômica adotada no período, como também os impactos da conjuntura internacional sobre o financiamento externo. Ademais, é possível notar que, mesmo com pequenas oscilações em 1988 e 1989, o padrão geral manteve-se ascendente.

Filgueiras (2000) argumenta que as instituições bancárias dos países desenvolvidos que viviam um cenário positivo no mercado financeiro com excesso de liquidez, passaram a enfrentar dificuldades com elevados déficits comerciais, desaparecimento de recursos disponíveis e crescimento do montante de juros a ser pago por empréstimos que haviam sido realizados anteriormente.

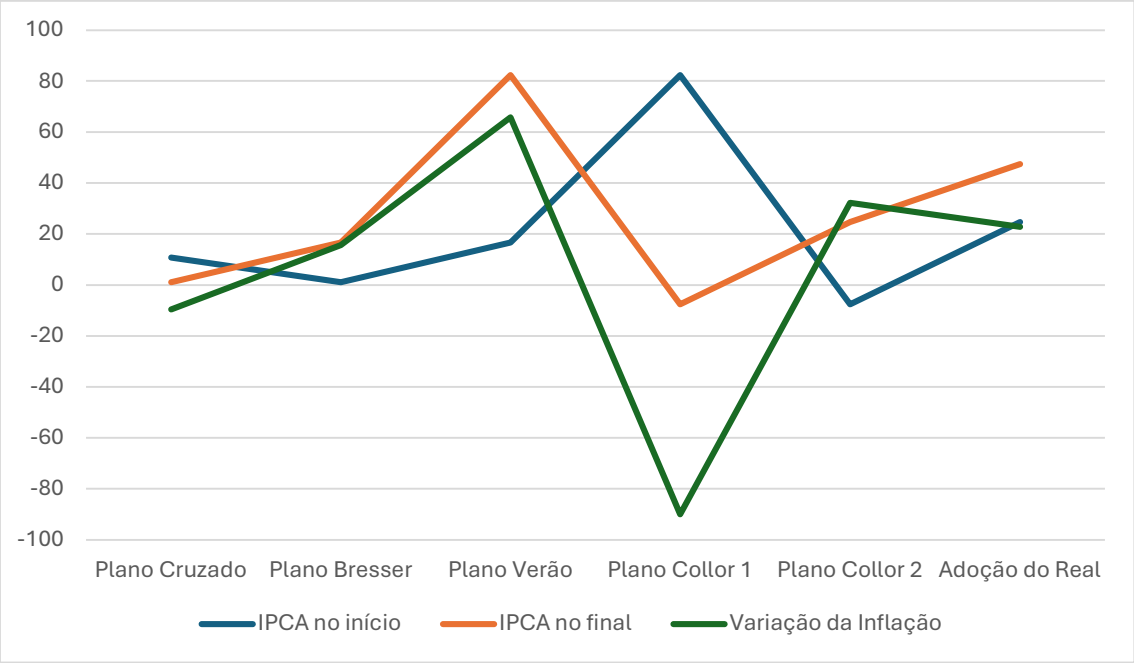
Sendo assim, em complemento a ideia apresentada por Filgueiras (2000), as carteiras estavam abarrotadas de títulos de dívidas externas dos países periféricos, fato que fez com que a política referente à concessão de novos créditos se tornasse cada vez mais restritiva, inviabilizando o aporte de novos recursos para aqueles países que se encontravam em dificuldade cambial, com preços internos maiores em razão do preço elevado das importações.

A análise dos dados, conforme observado, Filgueiras (2000) afirma que devido à desvalorização cambial e à espiral inflacionária, um comportamento defensivo se instaurou, fazendo com que os agentes econômicos passassem a anexar o indexador ao rendimento do dólar, direta ou indiretamente. Os governos passaram a comprar dólares, em última medida, com emissão de títulos do Tesouro Nacional ou do Banco Central, com taxas de juros cada vez maiores e prazos cada vez menores.

Para Rodrigues (2011), o cenário de 1980, conhecido como "A Década Perdida" foi marcada por diversos fatores. Sendo alguns deles, o crescimento desenfreado que afetou diretamente na dívida bruta da economia, o excesso de liquidez, a falta de fiscalização que controlasse o ajuste de preços, o choque do petróleo e as obrigações impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tendo como consequência o alcance de inflação anual igual a 200%, conforme pesquisas feitas por Pessoa (2009), o cenário econômico brasileiro encontrava-se em uma situação de aumento de preços de bens e serviços e queda do poder de compra da população. Ademais, cinco principais planos de estabilização foram instaurados na tentativa de controlar a hiperinflação, mas apenas um deles obteve sucesso.

Gráfico 1: Taxa de inflação (%) durante os planos econômicos antes do Real



Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do Banco Central do Brasil

Conforme demonstrado acima, o Gráfico 1 apresenta a variação da inflação (medida pelo IPCA) durante os principais planos econômicos brasileiros anteriores ao Plano Real. Em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado iniciou com um IPCA de 10,70% e terminou em 1,07%, resultando em uma queda de 9,63 pontos percentuais. Já o Plano Bresser, lançado em junho de 1987, partiu de 1,07% e chegou a 16,65%, elevando a inflação em 15,58 pontos percentuais. Em janeiro de 1989, o Plano Verão intensificou esse movimento, com o IPCA subindo de 16,65 para 82,39%, um aumento expressivo de 65,74 pontos percentuais.

Em contraste, o Plano Collor 1, de março de 1990, provocou uma queda importante da inflação: de 82,39% para -7,59% uma redução de 89,98 pontos percentuais. O Plano Collor 2, iniciado em janeiro de 1991, reverteu parte dessa queda, elevando a inflação de -7,59 para 24,63% com variação positiva de 32,22 pontos percentuais. Por fim, a adoção do Real em julho de 1994 marcou uma nova fase, com o IPCA subindo de 24,63% para 47,43%, representando um acréscimo de 22,80 pontos percentuais. Esses dados refletem os esforços e desafios enfrentados pelo Brasil na tentativa de controlar a inflação antes da estabilização promovida pelo Plano Real.

3 PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO

3.1 PLANO CRUZADO

Segundo Marques (1988), o primeiro plano de estabilização foi nomeado como Plano Cruzado, anunciado em 1986 no segundo ano do governo Sarney, partindo de uma premissa de choque heterodoxo, que se baseava no ideal de combater a inflação de maneira rápida e eficaz, utilizando medidas não convencionais como, o congelamento dos preços e salários, controle de câmbio e mudanças nas políticas monetárias e fiscais.

Oliveira (2019) afirma que o Plano Cruzado tinha como base central a tentativa de combater a inflação por meio do desalinhamento e congelamento de preços e salários, a mudança de moeda (Cruzeiro para Cruzado) e o ganho salarial, que correspondia a uma política criada para que um aumento de salário acontecesse toda vez que a inflação atingisse 20% ao mês.

Ademais, conforme dito por Horie (2004), no início do plano houve uma redução da inflação, deixando a população animada e esperançosa, entretanto, problemas como a escolha errada na tentativa de financiar a insuficiência pública com uma nova moeda nacional, a falta de controle com gastos públicos, o abastecimento de produtos que não conseguia suprir a demanda e as medidas populistas acarretaram o declínio do plano.

Por conseguinte, após as eleições de 1986, como uma tentativa de corrigir os erros cometidos durante o Cruzado 1, foi instaurado um novo plano económico, o Cruzado 2. Outrossim, este tinha como ações, a elevação do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) concentrado em automóveis, cigarros e bebidas, a correção de preços e tarifas das empresas estatais, o corte nos subsídios. Porém, conforme apresentado por Macarini (2009), essas mudanças acarretaram o descontentamento da população, haja vista que ao final do projeto

houve uma variação excessiva nos preços, automóveis 80%, cigarro e bebidas 100%, gasolina e álcool 60%, tarifas de energia elétrica 21%, postais e telefônicas 80% e açúcar 25%.

Em complemento, Franco (2009) afirma que com o fracasso do Plano Cruzado 1 e 2, arquitetados por Dilson Funaro, houve a substituição do Ministro da Fazenda, cargo que passou a ser ocupado por Luiz Carlos Bresser, o qual apresentou um novo plano, justificando a sua criação com a união dos acertos e a prevenção erros apresentados no Plano Cruzado.

3.2 PLANO BRESSER

De acordo com Pessôa (2019), o Plano iniciou com medidas heterodoxas e ortodoxas. No contexto heterodoxo foi feito um congelamento de preços menos drástico, partindo de um congelamento absoluto nos três meses iniciais juntamente com uma flexibilização da fixação de preços e por fim um descongelamento por inteiro. Outrossim, na visão ortodoxa, os juros foram elevados, assim como as tarifas no setor público para controle da política fiscal, além de cortes nos investimentos e subsídios.

Em contraponto, apesar de um retorno positivo inicialmente, o congelamento de preços não foi respeitado, e os preços foram remarcados de forma preventiva diante do medo de um novo congelamento, fato esse que fez com que o desequilíbrio da economia aumentasse ainda mais. Portanto, conforme informado por Oliveira (2019), em novembro de 1987 Luiz Carlos Bresser renunciou ao cargo após fracasso do plano e grande sentimento de insatisfação tributária com a inflação fechando em 14,5%.

3.3 PLANO VERÃO

Dando continuidade na ideia de Oliveira (2019), após o fracasso do Plano Bresser, o Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser renunciou ao cargo, sendo substituído por Maílson da Nóbrega em Janeiro de 1988. Entretanto, em 1989 uma nova política econômica foi instaurada, sendo anunciada como fase "Feijão com Arroz", trazendo como medidas o congelamento de preços e salários, a erradicação dos instrumentos de indexação, a troca da moeda, de Cruzado para Cruzado Novo e a paridade com dólar para nova moeda nacional.

Contudo, conforme apresentado na pesquisa de Macarini (2009), o plano fracassou, além de trazer consigo um recorde histórico da inflação, atingindo 1.037,6% em 1988, causando grande impacto para a economia brasileira, tornando mais próximo o cenário de hiperinflação.

Outrossim, as medidas de tentativa de controle da inflação causaram grande desconfiança da população para com o governo. Ademais, segundo análise feita por Moisés (1990), vale ponderar que 1989 era ano de eleição, e após quatro tentativas falhas de plano de estabilização da economia, o governo Sarney terminou, deixando para o futuro governante as consequências negativas causadas pelos planos que não obtiveram sucesso.

3.4 PLANO COLLOR 1

Conforme apresentado por Filgueiras (2000) a realidade brasileira estava rodeada por um cenário de desesperança e estagnação econômica próxima à hiperinflação. Ademais, o neoliberalismo ganhou força em 1989 quando Fernando Collor assumiu a presidência, instituindo em 1991 o Plano Collor. Esse modelo trouxe uma série de medidas de longo prazo, a volta do Cruzeiro como moeda nacional, o congelamento de preços e o confisco da poupança, o qual bloqueava as aplicações acima de NCr$ 50 mil (cinquenta mil cruzados novos) por 18 meses. Após esse período, os valores seriam devolvidos em cruzeiros, divididos em 12 parcelas com um acréscimo de 6% ao ano.

Segundo Amadeo e Franco (1991), embora a redução de 10% da inflação nos primeiros meses tenha gerado um retorno positivo, uma crise econômica severa logo se instalou. Além disso, a insatisfação popular com o governo, causada pelo confisco das poupanças, aumento dos impostos, não cumprimento da promessa de redução dos gastos públicos e o retorno do congelamento dos preços de bens e serviços, culminou no fracasso do plano.

3.5 PLANO COLLOR 2

Outrossim, conforme citado por Zortéą (2015), uma nova tentativa do governo Collor de enfrentar a inflação foi instaurada em 1991 denominado como Plano Collor 2, que tinha como objetivo conter as elevadas taxas de inflação, que estavam em torno de 20% ao mês, eliminar as operações de overnight e todas as indexações, além de congelar preços e salários.

De acordo com Filgueiras (2000), o Plano inicialmente apresentou resultados positivos ao reduzir a inflação, mas teve consequências negativas significativas, como uma queda de 4%

no PIB em 1990, aumento do desemprego e redução da renda. Esses fatores levaram a uma nova crise econômica, com o retorno das altas taxas de inflação e da recessão, impossibilitando a reversão da situação econômica.

4 PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

O governo de Fernando Collor foi marcado por uma série de fracassos associados à tentativa de implementar uma agenda de orientação neoliberal. Suas ações incluíram medidas econômicas pouco eficazes, o desmonte de políticas sociais e uma relação conflituosa com o Congresso Nacional. Além disso, houve um agravamento significativo dos escândalos de corrupção. Conforme citado por Padilha (2016), esse conjunto de fatores culminou em um processo de impeachment sem precedentes na história do país, o que levou à posse do vice-presidente Itamar Franco.

Portanto, pode-se afirmar que o governo Itamar Franco foi de suma importância para o cenário brasileiro atual, que enfrentava alta inflação, endividamentos internos e externos, baixa competitividade econômica e necessidade de um governo de união nacional. Ademais, conforme apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a inflação persistia em níveis elevados, chegando a alcançar 29,70% ao mês de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) de maio de 1993.

Dessa forma, Filgueiras (2000) apresenta que quando a população se encontrava dividida entre Maluf e Lula para a presidência, uma terceira via foi instaurada em maio de 1994 com a nomeação do senador Fernando Henrique Cardoso para Ministro da Fazenda, se apresentando com o anúncio e implementação do Plano Real e posteriormente com a sua candidatura a presidente da República.

De acordo com Bresser (1994), Fernando Henrique liderou uma equipe de economistas altamente qualificados para conduzir a reforma econômica. Dentre eles, destacam-se Gustavo Franco, Winston Fritsch, Edmar Bacha, Roberto Mendonça de Barros, Persio Arida, André Lara Rezende e André Montoro Filho, todos reconhecidos por sua sólida formação e experiência no enfrentamento da inflação.

Conforme informado por Filgueiras (2000), três dos economistas da equipe de FHC - Edmar Bacha, André Montoro Filho e Gustavo Franco - já haviam desempenhado papéis importantes na formulação do Plano Cruzado, em 1986. Isso demonstra que parte significativa

da equipe já possuía experiência prática na elaboração de programas de estabilização econômica, ainda que anteriores não tenham obtido êxito duradouro.

Portanto, Grasel (2005) afirma que o Plano Real teve como principal objetivo combater a inflação e estabilizar a moeda, sem recorrer às medidas heterodoxas fracassadas dos planos anteriores. O plano concentrou esforços especialmente na contenção da inflação inercial, sustentada por expectativas futuras e mecanismos automáticos de correção de preços e salários. Essa dinâmica provocava aumentos contínuos, comprometendo a função da moeda como reserva de valor e incentivando sua rápida substituição por bens ou moeda estrangeira. Assim, a estabilidade econômica só poderia ser alcançada com o rompimento desse ciclo inflacionário.

Segundo Bresser (1994), o Plano se baseou em três fases, cada uma desempenhando um papel específico na transição de um regime de alta inflação para um ambiente de estabilidade econômica. Sendo as seguintes fases: o ajuste fiscal e monetário que buscava restaurar a confiança nas contas públicas, a introdução da Unidade Real de Valor (URV) que promovia a desindexação gradual da economia e por fim, a criação do real, consolidando um novo padrão monetário.

5 AS FASES DO PLANO

Conforme apresentado por Filgueiras (2000) o objetivo principal do Plano Real girava em torno do combate à inflação inercial a partir da desindexação, lembrando de não cometer os mesmos erros dos planos anteriores que fracassaram, ou seja, erros como o controle ou congelamento de preços, ou a criação de uma nova moeda que passaria a circular juntamente com a moeda ainda utilizada. Contudo, a ideia seria o desenvolvimento da URV, que seria o embrião da nova moeda, sem que essa exercesse o papel de meio de pagamentos.

5.1 O AJUSTE FISCAL EMERGENCIAL

Segundo Oliveira (2011), a partir do objetivo principal de realizar os ajustes fiscais e monetários, e conter o déficit primário e preparar a economia para uma transição ordenada, a primeira fase do plano foi fundamentada a fim de corrigir os desequilíbrios das contas do governo, fato esse que seria o ponto principal para que a situação brasileira começasse a ser controlada e assim o novo programa de estabilização pudesse enfim obter resultados positivos.

Sá (2008) cita a criação do Plano de Ação Imediata (PAI) em 1993 como um feito importante, visto que o mesmo surgiu para reforçar o compromisso com o controle das contas públicas, o Plano foi apresentado no Jornal Gazeta Mercantil em 1993 a partir da frase “O governo comprime os gastos”. Sendo assim, uma das ações do Plano baseou-se em realizar um corte de R$7 bilhões concentrados de forma primária em investimentos e folha de pagamento, iniciando assim a reorganização do setor público, equacionando a inadimplência dos estados e municípios, e posteriormente iniciando o saneamento dos bancos estatais.

Ademais, conforme descrito por Ribeiro (2023), na esfera monetária, uma das ações mais simbólicas foi a substituição do Cruzeiro Novo pelo Cruzeiro Real, com o corte de três zeros na moeda, buscando reduzir os efeitos psicológicos da hiperinflação e facilitar a transição para uma nova unidade monetária. Além dessas medidas, o governo deu continuidade ao processo de privatizações por meio do Programa Nacional de Desestatização, aprofundando a abertura econômica iniciada em anos anteriores.

Como consequência, a primeira fase do plano impactou de forma rápida a economia e a população, por meio do corte de investimentos e contenção de despesas, o PIB foi impactado negativamente no curto prazo e o desemprego aumentou. Porém, as expectativas inflacionárias foram revertidas devido a credibilidade conquistada pelo compromisso com o equilíbrio, e a população passou a notar mudanças no cenário econômico principalmente devido ao fim da corrosão da renda que era provocada pelo imposto inflacionário, segundo Goulart (2017).

5.2 A CRIAÇÃO DA UNIDADE REAL DE VALOR (URV)

Silva (2017) apresenta que a segunda fase buscava eliminar a inércia inflacionária por meio de uma reforma monetária inspirada na ideia de moeda indexada de dois dos economistas de FHC -André Lara Resende e Pérsio Arida-. Outrossim, foi criada a Unidade Real de Valor (URV), um indexador que tinha sua variação diária baseada nos índices IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e IPC (Índice de Preços ao Consumidor) exercendo apenas a função de unidade de conta.

Entre as medidas adotadas na primeira fase do Plano Real, destacou-se o aumento dos depósitos compulsórios de 40% para 100% sobre depósitos à vista e 20% sobre poupanças e depósitos a prazo como forma de restringir a liquidez e conter a inflação (Salomão, 2024). Essa política monetária mais rígida buscava limitar a emissão de moeda e garantir que os gastos

públicos fossem compatíveis com a arrecadação, evitando o financiamento por meio de títulos ou emissão monetária.

Essas ações tinham como objetivo principal conter a emissão de moeda e exercer o controle fiscal e monetário, funcionando como uma "âncora fiscal", sinalizando ao mercado o compromisso do governo com a estabilidade econômica. Ao eliminar o financiamento inflacionário do déficit, o plano visava romper com a inércia inflacionária que marcava a economia brasileira há décadas (Bresser, 1994). Conforme apresentado por Goulart (2017), a Unidade Real de Valor (URV) foi concebida como uma unidade de conta estável, atrelada ao dólar, com o objetivo de alinhar os preços relativos da economia por meio de um mecanismo de indexação plena. Além de permitir que contratos, salários e valores fossem convertidos para uma referência monetária estável, reduzindo o intervalo de reajuste de preços e, assim, contribuindo para quebrar a inércia inflacionária.

Ademais, a inflação, que corroía o poder de compra da população, caiu drasticamente de 50% em junho para 7% em julho de 1994, preservando a renda real e restaurando a confiança na moeda (Sachs; Zizi Jr., 1995). A estabilização dos preços proporcionada pela URV aumentou a previsibilidade econômica, estimulando o consumo das famílias e os investimentos privados, o que resultou em um crescimento expressivo do Produto Interno Bruto, que alcançou 5,9% em 1994.

Tabela 2: Variação do PIB (%) por ano (1980-2000)

Ano	PIB (%)
1980	9,20
1981	-4,25
1982	0,83
1983	-2,93
1984	5,40
1985	7,85
1986	7,49
1987	3,53
1988	-0,06
1989	3,16
1990	-4,35
1991	1,03
1992	-0,54

1993	4,92
1994	5,85
1995	4,22
1996	2,66
1997	3,27
1998	0,13
1999	0,81
2000	4,36

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do IBGE

A Tabela 2 apresenta a variação anual do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 1980 e 2000, revelando os impactos das instabilidades econômicas e políticas sobre o crescimento do país. Observa-se que os anos 1980 foram marcados por fortes oscilações, com períodos de retração seguidos por breves recuperações, reflexo das crises externas e das tentativas internas de controle inflacionário. Ademais, durante os anos 1990, especialmente após o lançamento do Plano Real, nota-se uma tendência de recuperação gradual, ainda que com avanços moderados. Portanto, os dados evidenciam como o desempenho do PIB esteve diretamente relacionado às políticas econômicas adotadas, refletindo os desafios enfrentados na busca por estabilidade e crescimento sustentado.

No mercado de trabalho, embora o desemprego tenha aumentado em setores afetados pela valorização cambial e pela reorganização fiscal, a recuperação do consumo interno e a estabilidade monetária contribuíram para a redução gradual da taxa de desemprego a partir de 1995 (IPEA, 2010). Essa transição suave e previsível foi fundamental para preparar o terreno para a adoção do real como nova moeda oficial, consolidando a estabilidade econômica sem os choques abruptos que marcaram tentativas anteriores.

Tabela 3: Taxa de Desemprego, Inflação e PIB no Brasil (1994–2000)

Ano	Taxa de Desemprego (%)	Inflação (IPCA, %)	PIB (%)
1994	5,1	916,46 (pré-Real)	5,85
1995	5,6	22,41	4,22
1996	5,4	9,56	2,66
1997	5,7	5,22	3,27
1998	7,6	1,65	0,13
1999	7,6	8,94	0,81

2000	3,2	5,97	4,36

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do IBGE

A Tabela 3 apresenta os principais indicadores econômicos do Brasil entre 1994 e 2000, relacionando taxa de desemprego, inflação e crescimento do PIB. Observa-se que, após a implementação do Plano Real, houve uma queda acentuada na inflação, o que contribuiu para maior estabilidade econômica. O PIB manteve-se em trajetória positiva, ainda que com oscilações, refletindo os desafios da consolidação do novo modelo econômico. Por conseguinte, a taxa de desemprego variou ao longo do período, com aumento entre 1997 e 1999 e uma queda significativa em 2000. Portanto, os dados revelam como a política econômica adotada influenciou diretamente o mercado de trabalho e o desempenho geral da economia brasileira.

5.3 A INSTITUIÇÃO DA NOVA MOEDA - O REAL

Conforme descrito por Goulart (2017), a terceira e última fase do Plano Real foi marcada pela conversão oficial da URV (Unidade Real de Valor) para o Real, com o lançamento da nova moeda em julho de 1994. Essa transição foi acompanhada pela adoção da chamada "âncora cambial", na qual o Banco Central fixou a taxa de câmbio em R$1 = US$1. Embora não tenha ocorrido uma dolarização formal da economia, essa paridade teve efeitos psicológicos e práticos importantes, reforçando a confiança na nova moeda e contribuindo para a estabilização dos preços internos.

Segundo Filgueiras (2000), esse arranjo foi implementado dentro de um regime cambial flexível, permitindo ao Banco Central certa margem de atuação mesmo com a paridade inicial. A valorização do Real frente ao dólar funcionou como instrumento de combate à inflação, barateando os preços dos produtos importados e servindo como base de correção dos preços domésticos.

Ademais, a introdução do Real com paridade ao dólar teve como principal objetivo conter a inflação e transmitir segurança aos agentes econômicos, fato esse que foi de suma importância para o sucesso do plano. Silva (2017) destaca que a valorização da moeda nacional ampliou o acesso da população a bens de consumo antes inacessíveis, graças à queda dos preços e à previsibilidade econômica. A confiança na nova moeda consolidou-se, e o fim da inflação inercial abriu espaço para um novo ciclo de crescimento.

Entretanto, os efeitos colaterais da âncora cambial logo se tornaram evidentes. A valorização excessiva do Real comprometeu a competitividade das exportações brasileiras, tornando os produtos nacionais mais caros no mercado internacional. Grasel (2005) observa que, embora a estabilidade de preços tenha sido alcançada, o setor produtivo enfrentou dificuldades para competir com os produtos importados, gerando pressões sobre a balança comercial e exigindo ajustes estruturais na indústria nacional.

Outrossim, a política cambial adotada nessa fase teve impactos diretos na estrutura produtiva e no mercado de trabalho. A abertura comercial e a valorização do Real intensificaram a concorrência para as empresas brasileiras, exigindo maior eficiência e reestruturação produtiva. Por conseguinte, os consumidores foram beneficiados com preços mais baixos e maior oferta de produtos, o que ajudou a manter a inflação sob controle. Embora o desemprego tenha aumentado em setores mais expostos à concorrência externa, esse efeito foi parcialmente compensado pela expansão do consumo interno e pelo aumento dos investimentos privados. (Ferreira; Lopes, 2007).

Com o controle inflacionário e a implantação da nova moeda, verificou-se um crescimento do poder aquisitivo da população, impulsionando o consumo e a produção. Edmar Bacha (2023) aponta que esse crescimento também se deu pelo fim do imposto inflacionário de 2% a 3% do PIB, que antes penalizava os mais pobres. A redução dos depósitos em poupança, combinada com a queda da inflação e dos preços, tornou o consumo de ativos reais mais atrativo. A estabilidade do Real melhorou as condições de crédito, antes restritas pela incerteza.

Para conter essa explosão de consumo, conforme abordado por Salomão (2024), o Banco Central adotou medidas para reduzir a liquidez, como o aumento dos recolhimentos compulsórios dos depósitos à vista e a fixação de limites para depósitos a prazo e poupança. Além disso, houve uma elevação nas taxas de juros, com o objetivo de conter a demanda e evitar a formação de estoques especulativos. Essas ações ajudaram a equilibrar o crescimento econômico com a estabilidade monetária, consolidando os avanços do Plano Real.

6 EFEITOS NOS INDICADORES

É de notório conhecimento que a implementação do Plano Real representou uma inflexão histórica nos principais indicadores macroeconômicos brasileiros, especialmente no que diz respeito à inflação, ao crescimento econômico e à confiança dos agentes econômicos. Após anos de instabilidade e tentativas frustradas de estabilização, o plano não apenas conteve

a inflação, mas também promoveu uma reorganização estrutural da economia. Outrossim, essa queda não foi apenas estatística, mas representou o fim da corrosão sistemática da renda das famílias, especialmente das camadas mais pobres, que eram as mais afetadas pelo chamado “imposto inflacionário” (Bacha, 2023).

A Tabela 2 revela variações marcantes na inflação brasileira durante os planos econômicos anteriores ao Real. Enquanto o Plano Cruzado conseguiu reduzir o IPCA de forma significativa, os planos seguintes, como o Bresser e o Verão, registraram aumentos expressivos. Por conseguinte, o Plano Collor 1 provocou uma queda abrupta na inflação, mas esse efeito foi revertido no Collor 2, que voltou a elevar os índices. Ademais, mesmo com oscilações, esses dados demonstram a instabilidade econômica do período e a dificuldade em controlar a inflação de forma duradoura. A inflação brasileira foi controlada após a implementação do Plano Real. Enquanto os planos anteriores revelavam instabilidade e oscilações acentuadas, o Real marcou uma virada histórica, reduzindo drasticamente os índices inflacionários e inaugurando um período de maior controle e previsibilidade. Dessa forma, a Tabela 2 evidencia essa mudança, com variações anuais bem mais moderadas desde 1994, o que reforça a eficácia do novo modelo econômico adotado.

Tabela 4: IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (1994-2025)

Ano	Variação Anual (%)
1994 (pré-Real)	916,46
1995	22,41
1996	9,56
1997	5,22
1998	1,65
1999	8,94
2000	6,00
2001	7,67
2002	12,53
2003	9,30
2004	7,60
2005	5,96
2006	3,14
2007	4,46
2008	5,90

2009	4,31
2010	5,91
2011	6,50
2012	5,84
2013	5,91
2014	6,41
2015	10,67
2016	6,29
2017	2,95
2018	3,75
2019	4,31
2020	4,52
2021	10,06
2022	5,78
2023	4,62
2024	4,83
2025	3,64 (projeção)

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do Banco Central do Brasil

A Tabela 4 demonstra, em primeiro lugar, a drástica redução da inflação brasileira após o lançamento do Plano Real. Em 1994, o índice anual ultrapassava 900%, mas, já no ano seguinte, caiu para 22,41%, marcando o início de uma nova fase de estabilidade. Desde então, embora tenham ocorrido alguns picos pontuais, como em 2002, 2015 e 2021, os níveis inflacionários, de modo geral, mantiveram-se sob controle. Além disso, os dados mais recentes indicam uma tendência de desaceleração, com projeção de 3,64% para 2025.

A âncora cambial, ao atrelar o real ao dólar, foi decisiva nesse processo, transmitindo previsibilidade e confiança, além de baratear os produtos importados, pressionando os preços internos para baixo (Grasel, 2005). A valorização do real frente ao dólar funcionou como instrumento de combate à inflação, servindo como base de correção dos preços domésticos e reforçando a credibilidade da nova moeda (Filgueiras, 2000), tornando a confiança na política econômica e na moeda nacional consolidada, e o fim da inflação inercial resultou na abertura do espaço para um novo ciclo de crescimento.

O controle da inflação e a previsibilidade monetária criaram um ambiente propício para o crescimento econômico, como por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou expansão de 5,85% em 1994, impulsionado pelo aumento do consumo das famílias e pela

recuperação da confiança empresarial (IBGE, 2000). Embora os anos seguintes tenham apresentado oscilações, o desempenho do PIB manteve-se positivo, refletindo os efeitos da estabilização e da reorganização fiscal iniciada com o plano (IPEA, 2010). A estabilidade monetária também melhorou as condições de crédito, antes restritas pela volatilidade monetária, e reduziu a necessidade de aplicações financeiras defensivas, como a poupança, incentivando o consumo de bens duráveis e ativos reais (Bacha, 2023).

No mercado de trabalho, embora o desemprego tenha aumentado em setores mais expostos à concorrência externa, esse efeito foi parcialmente compensado pela expansão do consumo interno e pelo aumento dos investimentos privados (Ferreira; Lopes, 2007). A recuperação gradual da taxa de desemprego a partir de 1995 reflete essa transição, consolidando os avanços do Plano Real na estrutura produtiva e na dinâmica econômica do país. A abertura comercial e a valorização do real intensificaram a concorrência para as empresas brasileiras, exigindo maior eficiência e reestruturação produtiva. Por conseguinte, os consumidores foram beneficiados com preços mais baixos e maior oferta de produtos, o que ajudou a manter a inflação sob controle (Grasel, 2005).

Com o controle inflacionário e a implantação da nova moeda, verificou-se um crescimento do poder aquisitivo da população, impulsionando o consumo e a produção. A estabilidade do real melhorou as condições de crédito e ampliou o acesso da população a bens de consumo antes inacessíveis, graças à queda dos preços e à previsibilidade econômica (Silva, 2017). Para conter essa explosão de consumo, o Banco Central adotou medidas para reduzir a liquidez, como o aumento dos recolhimentos compulsórios dos depósitos à vista e a fixação de limites para depósitos a prazo e poupança, além da elevação das taxas de juros, com o objetivo de conter a demanda e evitar a formação de estoques especulativos (Salomão, 2024).

Portanto, os efeitos do Plano Real sobre os indicadores econômicos foram profundos e duradouros. A inflação foi controlada, o crescimento econômico retomado, o mercado de trabalho reorganizado e a confiança dos agentes econômicos restaurada. Embora tenha exigido sacrifícios e gerado desafios, especialmente no setor produtivo, o plano representou um divisor de águas na história econômica do país, encerrando um ciclo de instabilidade e abrindo caminho para uma nova fase de desenvolvimento sustentado.

7 BANCOS COMERCIAIS

Sob a perspectiva pós-keynesiana, os bancos comerciais são compreendidos como organizações voltadas à obtenção de lucro e à ampliação de sua presença no mercado, atuando

em um ambiente altamente competitivo, tanto entre si quanto frente a outras instituições financeiras. Freitas (2010) ressalta que essa concorrência possui características próprias, envolvendo não apenas a disputa por clientes, mas também por ativos, liquidez e influência institucional. Isso evidencia que a rivalidade entre bancos transcende a simples busca por consumidores, alcançando dimensões estratégicas e estruturais da atuação bancária.

Segundo Paula (1999), A partir da década de 1980, com o avanço da desregulamentação financeira, os bancos passaram a operar com maior autonomia, redefinindo suas estratégias de crédito e liquidez com foco em projeções de mercado e propostas de maior rentabilidade. Outrossim, essa nova liberdade institucional transformou o papel das instituições bancárias, que deixaram de ser vistas como simples intermediadoras para se tornarem agentes que, além de reagirem às condições econômicas, também as influenciam diretamente.

Diante desse novo cenário, os bancos passaram a buscar equilíbrio financeiro e vantagens diante das alterações nas políticas monetárias e nas condições de crédito dos clientes. Essa gestão ativa evidencia a necessidade de constante adaptação em um ambiente marcado pela incerteza, reforçando a ideia apresentada por Paula (1999) de que os bancos moldam o comportamento econômico por meio de suas decisões operacionais.

Essas escolhas, no entanto, são altamente sensíveis ao ambiente de incerteza, o que pode provocar flutuações bruscas nas estratégias bancárias. Tais oscilações decorrem da própria lógica do sistema financeiro, que, segundo Júnior (2019), incentiva a expansão do crédito em momentos de crescimento, mas revela-se altamente vulnerável em contextos de reversão ou crise. Assim, embora os bancos sejam fundamentais para o funcionamento adequado de uma economia capitalista, também atuam como geradores e, frequentemente, amplificadores da fragilidade estrutural do sistema financeiro.

Além disso, essa abordagem permite compreender por que, mesmo em cenários de instabilidade, os bancos foram capazes de reagir rapidamente às mudanças nas expectativas econômicas, buscando posicionar-se estrategicamente diante da nova fase que se delineava com a estabilização monetária. Conforme aponta Oliveira (2001), os bancos buscaram tanto se proteger quanto explorar as iniciativas do Banco Central, que influenciavam as taxas de juros e as condições de demanda por crédito.

Esse movimento refletiu na crescente preferência pela liquidez e na necessidade de lidar com a incerteza, tornando evidente que os bancos não são intermediadores neutros, mas sim agentes estratégicos que influenciam diretamente o nível da atividade econômica, conforme aponta Paula (1999). Ao gerenciar de forma dinâmica seus ativos e passivos, ajustando suas

posições quanto à concessão de crédito, à solvência dos clientes e às mudanças nas políticas monetárias, os bancos reafirmam seu papel ativo na configuração da economia contemporânea.

7.1 CENÁRIO ECONÔMICO ANTES DO PLANO REAL

Nesse contexto, Corazza (2000) apresenta os bancos comerciais como agentes que ajustavam suas práticas operacionais para lidar com os riscos e explorar as oportunidades que surgiam. O autor ressalta que o sistema bancário foi obrigado a operar em meio à elevada instabilidade, o que demandava respostas rápidas e estratégias flexíveis, evidenciando a necessidade de constante adaptação institucional.

Em resposta a esse ambiente, os bancos passaram a estruturar suas operações com foco em ganhos nominais, priorizando aplicações de curto prazo e flexibilizando as exigências por análises de crédito mais rigorosas. Segundo Carvalho (2003), esse comportamento foi favorecido pela inflação, que gerava oportunidades de lucro imediato. Além disso, políticas como o recolhimento compulsório sem remuneração e a antecipação no repasse de tributos ao governo contribuíram para a rentabilidade tradicional das instituições financeiras, incentivando estratégias voltadas para resultados de curtíssimo prazo.

Como consequência, muitos fundos de investimento passaram a operar com foco em renda fixa, utilizando o mercado overnight para aplicar seus recursos. Conforme descreve Oliveira (1983), o overnight refere-se a operações de empréstimos de curtíssimo prazo, cuja atratividade se intensifica em ambientes de elevada volatilidade e incerteza. Essa estratégia, embora lucrativa, desestimulava o crédito de longo prazo, diante da rápida desvalorização da moeda.

Em contraponto, essa busca por instrumentos de proteção imediata refletiu diretamente nas estratégias bancárias. Fato esse que impactou os agentes econômicos, os quais intensificaram a demanda por ativos que oferecessem segurança, como os títulos indexados. Nesse contexto, as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), financiadas diariamente no overnight, funcionavam como uma quase-moeda remunerada, oferecendo juros e se tornando uma alternativa mais atrativa à compra de dólares para proteção patrimonial no Brasil (Bresser, 1991).

Ainda segundo Bresser (1991), os agentes econômicos brasileiros passaram a vender LFTs em momentos de incerteza, buscando antecipar medidas governamentais e fugir do overnight. No entanto, as alternativas disponíveis eram restritas, uma vez que os preços de

outros ativos, incluindo o dólar no mercado paralelo, já haviam se elevado de forma expressiva. Fato esse que se distinguia de outros países, onde a corrida por dólares intensificava a desvalorização da moeda local e alimentava processos hiperinflacionários, o Brasil contava com a presença de títulos indexados, que ofereciam uma válvula de escape parcial frente à instabilidade, ainda que não fossem capazes de neutralizar completamente seus efeitos.

De acordo com Júnior (2019), a dependência da inflação como fonte de rentabilidade fez com que os bancos priorizassem aplicações seguras e de curto prazo, em detrimento do crédito produtivo, essa preferência comprometeu a função clássica de intermediação financeira, limitando a capacidade do setor bancário de impulsionar o investimento e o crescimento econômico. Ademais, complementando essa análise, observa-se que os bancos passaram a realizar comparações constantes entre os retornos e prêmios de liquidez dos ativos disponíveis, o que pode resultar em racionamento de crédito mesmo diante de projetos viáveis. Sendo assim, a oferta de crédito, portanto, passou a ser restringida por critérios financeiros internos, e não necessariamente pelos riscos dos tomadores.

Contudo, apesar das dificuldades, Oliveira (2004) destaca que a evolução do sistema monetário foi e continua sendo uma parte importante do desenvolvimento financeiro. Ademais, vale pontuar que diante desse cenário, os mercados, produtos e tecnologias passaram por diversas transformações ao longo das últimas décadas, impactando positivamente a gestão de riscos operacionais e a sofisticação das práticas bancárias.

Em síntese, o ambiente econômico forçou os bancos comerciais a adotarem estratégias voltadas para a sobrevivência financeira imediata, em detrimento da função clássica de intermediação. Essa conjuntura, embora adversa, impulsionou mudanças estruturais e operacionais que prepararam o setor para os desafios da estabilização monetária que viria a seguir. Como apontam Cysne e Costa (1997), ações como a reavaliação da transparência e qualidade das informações disponíveis, a avaliação minuciosa das carteiras de crédito com base em valores de mercado e o ajuste frequente da qualidade do crédito em cada agência - sob supervisão do Banco Central - marcaram algumas das alterações realizadas para enfrentar os efeitos da hiperinflação.

7.2 CENÁRIO ECONÔMICO APÓS O PLANO REAL

No contexto analisado, nota-se que o sistema financeiro brasileiro, que até então operava sob uma lógica inflacionária, precisou se adaptar rapidamente ao novo cenário. Conforme

descrito por Souza (2015), antes da estabilização, os bancos obtinham grande parte de sua rentabilidade por meio do chamado “floating”, ou seja, dos ganhos gerados pela diferença entre o tempo de captação e o tempo de aplicação dos recursos, sobretudo nos depósitos à vista, fato esse que sofreu mudanças em 1994 com o controle da inflação.

Diante disso, com a queda abrupta da inflação após o Plano Real, os bancos comerciais enfrentaram a perda de sua principal fonte de receita. Por essa razão, tornou-se necessário promover uma reestruturação profunda no setor, com foco na gestão de riscos, na modernização tecnológica, na diversificação de produtos, como cartões de crédito, seguros e fundos de investimento, e na racionalização de custos operacionais. Conforme apresentado por Carvalho e Oliveira (2002), embora não tenha ocorrido uma crise bancária generalizada entre 1994 e 1995, houve uma ameaça significativa, mitigada pela solidez das instituições líderes.

Nesse sentido, a estrutura operacional dos bancos, anteriormente voltada para maximizar a captação de depósitos, teve de ser revista. Grasel (2005) apresenta que, com a perda da rentabilidade proporcionada pelos depósitos à vista, as instituições financeiras passaram a depender mais das operações de crédito como principal fonte de receita. Assim, nos primeiros meses do Plano Real, essa transição foi facilitada pelo crescimento acelerado da economia, que impulsionou a demanda por crédito e compensou, em parte, a perda das receitas inflacionárias.

Ademais, a expansão do crédito entre 1992 e meados de 1994 já vinha se consolidando como um fenômeno marcante. De acordo com dados coletados por Soares (2001) via Banco Central, o crescimento real do crédito bancário foi de 18,3% em 1992, 22,7% em 1993 e 15,1% no primeiro semestre de 1994. Por conseguinte, três fatores principais explicam esse avanço: a redução da rentabilidade nas operações com títulos públicos, a retomada do crescimento econômico e o retorno dos fluxos de capital externo, além da expectativa de queda da inflação, que incentivava os bancos a ampliarem suas carteiras de crédito.

Segundo Puga (1999), essa expansão foi realizada sem os devidos cuidados quanto à capacidade de pagamento dos tomadores de crédito, aumentando a vulnerabilidade das instituições financeiras, que se tornaria evidente com a estabilização dos preços. A partir do segundo trimestre de 1995, a desaceleração econômica provocada pela política monetária restritiva, adotada em resposta à crise mexicana, agravou o cenário. Com isso, os índices de inadimplência e liquidação de crédito cresceram substancialmente, exigindo ajustes operacionais por parte dos bancos.

Simultaneamente, Cysne e Costa (1997) apresentaram o fato de que as instituições que haviam se estruturado em torno do modelo inflacionário passaram a enfrentar sérias

dificuldades para se adaptar ao novo ambiente. Por essa razão, muitas delas sofreram crises de liquidez e solvência, exigindo intervenção do Banco Central. Como consequência, a transição para um regime de estabilidade monetária revelou as fragilidades estruturais do sistema bancário e impôs uma transformação profunda no setor, tanto em termos de estratégia quanto de governança.

Júnior (2019) apresenta que a obrigatoriedade de manutenção de reservas sobre depósitos e empréstimos, estabelecida no início do Plano Real, contribuiu para a reorganização do sistema financeiro. Nesse cenário, os bancos públicos desempenharam papel relevante na oferta de crédito, especialmente para o setor privado e para as famílias. Sendo assim, essas instituições continuaram a oferecer crédito de forma mais volumosa, ajudando a mitigar os efeitos da inflação sobre o consumo e a produção, mesmo em meio à instabilidade.

Por outro lado, a população, diante da instabilidade anterior à estabilização, conforme citado por Ramalho (2004), adotava comportamentos defensivos, como antecipação de compras, estocagem de bens e busca por alternativas de investimento. Com a estabilização da moeda, esses comportamentos foram gradualmente substituídos por maior previsibilidade e confiança no sistema financeiro, o que contribuiu para a normalização das relações de consumo e crédito.

De acordo com Nappi et.al, (2018), iniciou-se um processo de consolidação do setor bancário, marcado por fusões, aquisições e aumento da concentração, acontecendo uma redução no número de instituições financeiras, tanto públicas quanto privadas nacionais, e um aumento significativo dos bancos privados estrangeiros. Entre 1993 e 1997, os bancos oficiais passaram de 30 para 27, os privados nacionais de 178 para 148, enquanto os estrangeiros aumentaram de 27 para 45. Dessa forma, essa dinâmica refletiu não apenas ajustes patrimoniais, mas também a internacionalização do setor bancário.

Consequentemente, Paula et. al, (2013), apresentaram como um dos elementos mais relevantes na mudança estrutural do setor bancário brasileiro, a entrada de bancos estrangeiros a partir de 1997. Com isso, esperava-se que essa internacionalização aumentasse a eficiência do sistema e contribuísse para a redução dos elevados spreads bancários, que se mantinham entre os mais altos do mundo. Além disso, a presença estrangeira trouxe novas práticas de gestão, maior competitividade e pressão por modernização tecnológica.

Em síntese, o sistema financeiro brasileiro, e em especial os bancos comerciais, passou por uma transformação profunda após a implementação do Plano Real. Por conseguinte, ainda prosseguindo com base no argumento de Paula et. al, (2013), a mudança de um modelo baseado na inflação para um ambiente de estabilidade exigiu adaptações estruturais, estratégicas e

operacionais. Dessa maneira, a consolidação do setor, a internacionalização e a reorientação para o crédito como principal fonte de receita marcaram esse novo ciclo, redefinindo o papel das instituições financeiras na economia nacional.

8 OS BANCOS COMERCIAIS NO CENÁRIO DE ADAPTAÇÃO AO PLANO REAL

Conforme citado anteriormente, de acordo com Souza (2015), grande parte da lucratividade era obtida por meio do chamado “floating bancário”, porém, com a estabilização monetária, essa fonte de receita perdeu relevância. Em 1993, o floating representava cerca de 32% da composição das receitas dos seis maiores bancos privados do país (Bradesco, Itaú, Unibanco, BCN, Real e Bamerindus). Esse percentual caiu para 19% em 1994 e para apenas 2% em 1995. Em 2014, essa linha sequer aparecia nas demonstrações financeiras, evidenciando sua completa obsolescência. A composição das receitas passou a depender majoritariamente das operações de crédito, dos investimentos em títulos e valores mobiliários e da prestação de serviços, como tarifas e produtos financeiros agregados.

Alcântara (1997) cita que a transição para um ambiente de estabilidade exigiu dos bancos comerciais não apenas ajustes operacionais, mas também uma mudança cultural profunda. Como por exemplo, a lógica de atuação baseada na inflação foi substituída por uma abordagem voltada à eficiência, à gestão de risco e à inovação. Visto que com o fim da inflação crônica, os bancos perderam a previsibilidade de ganhos automáticos e passaram a depender da qualidade de suas operações e da capacidade de gerar valor por meio de serviços e crédito.

A expansão acelerada do crédito, motivada pelo otimismo econômico e pela tentativa de compensar perdas inflacionárias, revelou fragilidades na capacidade dos bancos de avaliar riscos, conforme argumento de Soares (2001). Sendo assim, a cultura de concessão de crédito, até então pouco desenvolvida, mostrou-se insuficiente diante da nova realidade, fato esse que resultou na resposta institucional imediata: os bancos passaram a exigir garantias mais robustas, como imóveis, duplicatas e mercadorias, além de restringirem a concessão de crédito sem aprovação da diretoria. Além da criação de bancos de dados de devedores, integrados aos cadastros da SERASA, foi uma inovação importante para aprimorar a análise de crédito e evitar múltiplos empréstimos simultâneos por um mesmo cliente.

Diante das transformações impostas pela estabilização monetária, Souza (2015) afirma que o Banco Central passou a adotar medidas estruturantes para garantir a solvência das instituições bancárias. Entre essas ações, destacam-se os programas PROER (Programa de

Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária). O primeiro promoveu a incorporação ou fusão de instituições fragilizadas por outras mais sólidas, enquanto o segundo viabilizou a reestruturação dos bancos estaduais, condicionando sua privatização, extinção ou transformação em agências de fomento.

Complementarmente, ainda baseando-se no exposto por Souza (2015), o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) foi criado, regulamentado pelas resoluções 2.197 e 2.211 de 1995, reforçando assim a confiança dos depositantes e contribuindo para a estabilidade do mercado financeiro. Com esse novo arcabouço institucional, os bancos comerciais passaram a operar em um ambiente mais seguro e previsível, o que abriu espaço para a redefinição de suas estratégias e modelos de negócio, tema que será explorado a seguir.

8.1 BENEFÍCIOS PARA AS INSTITUIÇÕES

A princípio, Soares (2001) apresenta que a estabilização monetária proporcionada pelo Plano Real permitiu aos bancos comerciais desenvolverem estratégias de longo prazo, algo inviável em um ambiente de inflação elevada. Portanto, a previsibilidade econômica favoreceu o planejamento financeiro, a gestão de ativos e passivos e a estruturação de produtos mais sofisticados, a ampliação do crédito às pessoas físicas, antes marginal, tornou-se uma das principais fontes de receita, com crescimento expressivo entre 1994 e 1999.

A diversificação passou a ser uma diretriz estratégica, com os bancos criando produtos acessórios como fundos de investimento, seguros, cartões de crédito, previdência privada e serviços agregados, ampliando a rentabilidade e fortalecendo a fidelização da clientela, conforme trata Alcântara (1997). Portanto, a informatização e a automação dos processos bancários tornaram-se centrais, permitindo a redução de custos operacionais e a ampliação da capacidade de atendimento sem elevação dos custos fixos, ou seja, a informatização passou a representar um dos maiores itens de investimento no orçamento das instituições, refletindo a importância da tecnologia na nova configuração do setor.

Ainda diante do exposto por Alcântara (1997), a reestruturação também favoreceu a especialização das instituições, visto que os bancos passaram a definir com mais clareza seus públicos-alvo e áreas de atuação, o que contribuiu para o aumento da competitividade e da qualidade dos serviços oferecidos. Sendo assim, a entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro, especialmente no segmento de atacado, impulsionou melhorias regulatórias e

institucionais, promovendo um ambiente mais dinâmico e alinhado às práticas internacionais. Então, em 1990, havia 41 instituições sob controle estrangeiro e 26 com participação estrangeira; em 2010, esse número evoluiu para 60 instituições estrangeiras atuando no país, todas com controle total.

Em complemento, Hajj (2005), faz menção a outro marco importante, a criação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), o qual sofreu atualizações e ficou modernizado após o Plano Real, passando a garantir maior segurança, agilidade e confiabilidade nas transações financeiras, contribuindo para a eficiência do sistema bancário como um todo. Com isso, os bancos puderam operar com menor risco sistêmico e maior capacidade de resposta às demandas do mercado.

8.2 BENEFÍCIOS PARA OS CLIENTES

Alcântara (1997) declara que a transformação do setor bancário também gerou benefícios significativos para os clientes, pois com a estabilização da economia, os consumidores deixaram de depender de aplicações financeiras de curto prazo para proteger seu poder de compra, o que ampliou a demanda por serviços bancários mais diversificados e personalizados. Sendo assim, os bancos responderam a essa nova realidade com a criação de produtos voltados ao crédito direto ao consumidor, que se tornou uma das principais fontes de lucro e facilitou o acesso ao financiamento para pessoas físicas. Então, em 1990, essa modalidade representava apenas 0,7% do PIB; em 1996, já alcançava 2,5%.

Ademais, Alcântara (1997) complementa afirmando que a informatização dos serviços bancários transformou a experiência do cliente, temos como exemplo, o atendimento remoto, por meio de canais digitais, que se tornou padrão, oferecendo comodidade, agilidade e segurança. Outrossim, transações eletrônicas passaram a substituir operações manuais, reduzindo custos e tempo de espera, além do débito automático de contas, a consulta de saldos por aplicativos e a realização de transferências online são exemplos de como a tecnologia passou a beneficiar diretamente os usuários.

Em complemento, a qualificação dos profissionais bancários elevou o padrão de atendimento, visto que os gerentes passaram a atuar como consultores financeiros, oferecendo orientação personalizada e soluções adequadas às necessidades dos clientes. Sendo essa, uma das mudanças extremamente relevantes nos segmentos de investimento e atacado, onde o

atendimento especializado tornou-se um diferencial competitivo, conforme exposto por Alcântara (1997).

Ademais, a maior concorrência entre as instituições também favoreceu os consumidores, que passaram a contar com mais opções de produtos, melhores condições de crédito e maior transparência nas operações. Alcântara (1997) afirma que a segmentação de mercado permitiu que os bancos passassem a desenvolver soluções mais especializadas e analisadas com base no perfil de cada clientes, ampliando o acesso aos serviços financeiros e promovendo a inclusão bancária.

Por fim, conforme citado no tópico anterior, a criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) representou um avanço na proteção dos depositantes, ao assegurar os recursos aplicados em instituições financeiras, o FGC reforçou a confiança dos clientes no sistema bancário, contribuindo para a estabilidade e a segurança das operações. Em síntese, conforme apresentado por Souza (2015), essa medida foi especialmente importante para os pequenos investidores, que passaram a contar com uma rede de proteção institucional.

8.3 INFLUÊNCIA DAS ALTERAÇÕES NOS BANCOS COMERCIAIS NOS INDICADORES MONETÁRIOS - MELHORA OU PIORA?

Alcântara (1997) argumenta que no período anterior ao Plano Real, os bancos operavam em um ambiente de inflação elevada, o que distorcia os indicadores monetários e dificultava a leitura precisa da economia. Em complemento, a lucratividade das instituições estava fortemente atrelada ao ganho inflacionário, especialmente por meio do floating bancário, o qual apesar de rentável, não contribuía para o fortalecimento da intermediação financeira produtiva, tampouco para a estabilidade dos agregados monetários. Ademais, a predominância de aplicações de curtíssimo prazo em títulos públicos, voltadas ao financiamento do déficit fiscal, reduzia a oferta de crédito de médio e longo prazos, comprometendo a função essencial dos bancos como agentes de desenvolvimento.

A partir de 1995, com a desaceleração do crescimento econômico e o aumento da inadimplência, os bancos passaram por um processo de ajuste que incluiu fusões, enxugamento de estruturas e maior rigor na concessão de crédito, Alcântara (1997) argumenta que essas medidas contribuíram para a estabilização dos indicadores monetários, ao reduzir a volatilidade do crédito e fortalecer a solvência das instituições. Pode-se ponderar conforme citado anteriormente a importância da criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e a modernização do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), os quais foram fundamentais para

consolidar a confiança no sistema financeiro e garantir maior previsibilidade nos fluxos monetários.

No médio prazo, a reestruturação bancária favoreceu a melhora dos indicadores monetários, segundo Puga (1999), sendo assim, a ampliação do crédito às pessoas físicas, a diversificação dos produtos financeiros e o fortalecimento da intermediação contribuíram para o aumento da eficiência do sistema. Ademais, a informatização e a automação dos serviços bancários reduziram os custos operacionais e ampliaram o acesso da população aos serviços financeiros, promovendo maior inclusão bancária e estabilidade nos agregados monetários.

Contudo, conforme descrito por Souza (2015), é importante destacar que a melhora dos indicadores não foi linear, a sobrevalorização cambial até 1999, combinada com juros elevados e cortes nos gastos públicos, comprometeu a competitividade das empresas e reduziu a demanda interna, o que impactou negativamente o crescimento do PIB e elevou o desemprego. Como consequência, esses fatores, associados à fragilidade externa e à dependência do capital especulativo de curto prazo, geraram instabilidades que se refletiram nos indicadores monetários, especialmente durante as crises internacionais da década de 1990.

Ainda com base na análise de Souza (2015), a partir dos anos 2000, com a adoção do regime de câmbio flutuante e a consolidação das reformas institucionais, os indicadores monetários passaram a refletir um ambiente mais estável e previsível. Resultando assim no equilíbrio das receitas bancária, com predominância das operações de crédito, dos investimentos em títulos e da prestação de serviços, essa nova configuração contribuiu para a melhora da qualidade da intermediação financeira e para a consolidação de um sistema bancário mais robusto e alinhado às exigências de uma economia estabilizada.

Em síntese, as alterações nos bancos comerciais após o Plano Real exerceram influência significativa sobre os indicadores monetários. Embora tenham gerado tensões e desafios no curto prazo, especialmente durante o período de transição, os ajustes realizados e as reformas implementadas contribuíram para a melhora gradual e consistente dos indicadores, fortalecendo a estabilidade monetária e a capacidade do sistema bancário de sustentar o crescimento econômico em bases mais sólidas, conforme apresentado por Alcântara (1997).

Souza (2015) apresenta em seu artigo, uma análise referente ao desenvolvimento dos Bancos antes do Plano Real (1993) e na última atualização durante a confecção do trabalho feito por ele em 2014. Ademais, o autor realiza a análise por meio dos dados dos seis primeiros bancos nacionais privados, sendo eles: Bradesco, Itaú, Unibanco, BCN, Real e Bamerindus. Apresentarei os dados abaixo, na Tabela 5, incluindo a minha análise com base nos dados fornecidos por ele.

Tabela 4: Composição Receita dos 6 Maiores Bancos Privados Nacionais (1993-2014) em bilhões de reais

6 Maiores Bancos Privados	1993	1994	1995	2014
Receitas de intermediação financeira	14.549	16.137	19.087	316.988
Operações de crédito	4.134	6.617	13.849	173.086
Títulos e valores mobiliários	3.944	4.953	4.018	97.709
Receitas com Floating	5.112	3.532	344	-
Outras receitas	1.359	1.035	876	22.410

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados de Souza (2015)

Conforme apresentado na tabela, a composição das receitas dos seis maiores bancos privados brasileiros mudou significativamente após o Plano Real. As receitas com floating, que representavam R$ 5.112 bilhões de reais em 1993, perderam relevância com a queda da inflação, caindo para R$ 3.532 bilhões em 1994 e R$ 344 bilhões em 1995, até desaparecerem em 2014. Em resposta, os bancos passaram a focar em operações de crédito, títulos e valores mobiliários e outras receitas, que cresceram de forma consistente, conforme apresentado por Souza (2015).

As operações de crédito subiram de R$ 4.134 bilhões em 1993 para R$ 173.008 bilhões em 2007, enquanto títulos e valores mobiliários passaram de R$ 5.121 bilhões para R$ 97.306 bilhões. Outras receitas também cresceram, de R$ 1.182 bilhões para R$ 25.254 bilhões, de acordo com Souza (2015). Essa migração para fontes de receita mais estáveis contribuiu para a modernização do setor bancário e para a melhora dos indicadores monetários.

Diante desse processo de adaptação, pode-se concluir que o Plano Real foi decisivo para o desenvolvimento das instituições financeiras, ao eliminar a inflação crônica, forçou os bancos a abandonarem práticas oportunistas e a investirem em modelos mais eficientes e sustentáveis. Acarretando assim uma atualização positiva na economia, acarretando a consolidação de um sistema bancário mais sólido, além de ampliar o acesso ao crédito e impulsionar a modernização da economia brasileira, conforme apresentado pelos valores e demasiado teórico de Souza (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito examinar os efeitos do Plano Real sobre os bancos comerciais brasileiros, especialmente no contexto de transição de um ambiente de hiperinflação para um cenário de estabilidade monetária. A partir da análise histórica e dos dados econômicos apresentados, foi possível responder às três questões centrais que nortearam esta pesquisa. Em primeiro lugar, observou-se que os bancos comerciais passaram por uma reconfiguração estrutural significativa. A extinção da receita de floating, decorrente da queda abrupta da inflação, exigiu das instituições financeiras uma revisão profunda de seus modelos operacionais. Para manter a lucratividade, os bancos investiram em tecnologia, eficiência administrativa e ampliação dos serviços oferecidos, demonstrando capacidade de adaptação diante das novas exigências do mercado.

Em segundo lugar, os impactos da estabilização monetária sobre o crédito, a rentabilidade e os riscos bancários foram evidentes. A previsibilidade econômica permitiu a expansão do crédito com maior segurança, enquanto a rentabilidade foi gradualmente recuperada por meio da diversificação de produtos e da modernização dos canais de atendimento. Os riscos, embora reduzidos em termos de volatilidade, passaram a demandar maior rigor na gestão financeira e no cumprimento das normas regulatórias.

Por fim, conclui-se que os bancos comerciais desempenharam papel estratégico na consolidação da estabilidade econômica e no fortalecimento do sistema financeiro nacional. A transformação do setor bancário, impulsionada pelas mudanças trazidas pelo Plano Real, resultou na criação de produtos e serviços que antes não eram viáveis em um ambiente de inflação elevada. Entre esses avanços, destacam-se os cartões de crédito e débito com ampla aceitação, os serviços de internet banking e mobile banking, os financiamentos de longo prazo, como crédito imobiliário e consignado, além dos fundos de investimento e planos de previdência privada. Esses instrumentos refletem não apenas a modernização das instituições financeiras, mas também a evolução do relacionamento entre bancos e clientes, marcada por maior confiança, acessibilidade e sofisticação. Assim, o Plano Real não apenas estabilizou a moeda nacional, como também inaugurou uma nova era para o setor bancário brasileiro, cujos efeitos positivos permanecem evidentes até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, I. R. B. **A reestruturação do setor bancário brasileiro a partir da experiência de estabilização promovida pelo Plano Real.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração de Empresas), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, 1997. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/71531. Acesso em: 01/11/2025.

AMADEO, E. J.; FRANCO, G. H. B. Inflação e preços relativos no Plano Collor: avaliação e perspectivas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p.593-609, 1991.Diponível em: https://periodicos.fgv.br/rbe/article/download/536/7665/19328. Acesso em 03/11/2025.

BACHA, E. **O fisco e a inflação, 30 anos depois do Plano Real.** Texto para Discussão nº 78. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos de Política Econômica, 2023. Disponível em: https://iepecdg.com.br/wp39content/uploads/2023/06/20230620FiscoInflacao30Anos-1.pdf . Acesso em: 03/11/2025.

BIANCONI, L. F. Z. **Uma avaliação dos componentes da hiperinflação brasileira pré-Plano Real**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/a9f3b55a-08db-4357-ab0d-da846ba8de13 . Acesso em: 04/11/2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A economia e a política do Plano Real. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 643-669, out./dez. 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/G6VvwvLfN6tqvZxy6RdCv5n/?format=html . Acesso em: 04/11/2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 4, out./dez. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/b8tSwspPSzWrVcC6N9wWy7Q/?lang=pt . Acesso em: 04/11/2025.

CARVALHO, C. E. Bancos e inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao Plano Real. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA**, 5.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. Disponível em: https://econpapers.repec.org/paper/abphe2003/056.htm . Acesso em: 04/11/2025.

CARVALHO, C. E.; OLIVEIRA, G. C. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 69-84, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/download/36801695/v12n1carvalho.pdf . Acesso em: 09/11/2025.

CORAZZA, G.; PESAVENTO, F. Crise e reestruturação bancária no Brasil. In: **SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 12., 2000, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81683/000299011.pdf . Acesso em: 09/11/2025.

CYSNE, R. P.; COSTA, S. G. S. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. **Revista Brasileira de Economia,** Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 323-346, 1997. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rbe/article/download/698/8058 . Acesso em: 09/11/2025.

FERREIRA, J. C. R.; LOPES, R. L. O Plano Real e seus efeitos sobre a estrutura produtiva do Brasil: um estudo sobre as importações. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/download/7/9/82 . Acesso em: 09/11/2025.

FILGUEIRAS, L. A. M. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FRANCO, G. Z. J. **As causas do fracasso do plano Bresser.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2009. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/78126 . Acesso em: 09/11/2025.

FREITAS, M. C. P. Desafios da regulamentação ante a dinâmica concorrencial bancária: uma perspectiva pós-keynesiana. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 233-255, ago. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/9hZ8WZJZJZkYzYkYzYkYzYkY/. Acesso em: 09/11/2025.

GENTA, M. S. **Política econômica durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205595. Acesso em: 09/11/2025.

GOULART, V. M. **Plano Real e seus formuladores: a análise de uma política anti-inflacionária.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/4795. Acesso em: 09/11/2025.

GRASEL, D. Brasil: Plano Real e a estabilização econômica inacabada. **Informe GEPEC,** v. 9, n. 1, p. 1-20, 2005. Disponível em: https://revistas.unoeste.br/index.php/gepec/article/view/1234. Acesso em: 25/10/2025.

HAJJ, Z. S. E. **Evolução e desempenho dos bancos durante o Plano Real.** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo. Disponível em: untitled . Acesso em: 21/10/2025.

HORIE, L. **Sonho ou fracasso: o Plano Cruzado.** 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas. Disponível em: https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/333617. Acesso em: 15/10/2025.

JUNIOR, A. J. A. **Determinantes e manifestações da fragilidade financeira do setor bancário para economias abertas - uma perspectiva a partir de Minsky.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Econômicas, Seropédica. Disponível em: Texto-Discussão-n1.pdf . Acesso em: 30/10/2025.

MACARINI, J. P. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987).** Texto para Discussão (IE/UNICAMP), n. 157, mar. 2009. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1787/texto157.pdf . Acesso em: 01/11/2025.

MARQUES, M. S. B. O Plano Cruzado: teoria e prática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 435-464, jul./set. 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/ctBh3pHVcSrn6586kVrGGkg. Acesso em: 02/11/2025.

MOISÉS, J. A. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 22, p. 5-38, 1990. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/y5sBy8VgNzPf6xs7Q9qxTNq . Acesso em: 01/11/2025.

NAPPI, J. F.; DE DEOS, S. S.; MENDONÇA, A. R. R.; MATTOS, O. M. B. Evolução da regulação bancária no Brasil: uma análise pós-keynesiana. **Cadernos do CERI**, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2018. Disponível em: https://bit.ly/3LS0Y1U . Acesso em: 03/11/2025.

OLIVEIRA, A. J. F. **Método para avaliação de risco operacional em bancos.** 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86781. Acesso em: 29/10/2025.

OLIVEIRA, D. **Política monetária e dinâmica bancária: uma revisão crítica dos conceitos e da experiência brasileira pós 1980.** 1983. 147 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490012&tipoMidia=0. Acesso em: 01/11/2025.

OLIVEIRA, R. N. A. **Os planos de estabilização das décadas de 1980 e 1990 e a taxa de câmbio.** 2019. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Brasília, DF. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26218/1/2019_RicardoNunesDeAzevedo_tcc.pdf. Acesso em: 08/11/2025.

OLIVEIRA, T. D. **Plano Real e a nova realidade brasileira.** 2011. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP. Disponível em: https://bit.ly/4o9AJS7. Acesso em: 05/11/2025.

PADILHA, R. A. **Os impactos dos processos de impeachment na política externa brasileira: os casos Fernando Collor/Itamar Franco e Dilma Rousseff/Michel Temer.** 2016. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/265268. Acesso em: 29/10/2025.

PAULA, L. F. R. Dinâmica da firma bancária: uma abordagem não-convencional. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 323-356, jul./set. 1999. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/755. Acesso em: 09/11/2025.

PAULA, L. F.; OREIRO, J. L.; BASILIO, F. A. C. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 473-520, dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/mdTRKnf5H35MHp7XT3d8kZj. Acesso em: 09/11/2025.

PESSOA, S. A. A crise mundial de 2007-2008 e seus impactos na economia brasileira. In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 6., 2009, São Paulo.

Anais [...]. São Paulo: FGV EESP - Escola de Economia de São Paulo, 2009. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/552fcfe1-fe5c-498b-8850-2d02023ce602. Acesso em: 01/11/2025.

PESSÔA, R. O. **A "Nova República" e a Justiça do Trabalho: crise e conflitos no limiar da ordem neoliberal brasileira (1985-1992).** 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17961. Acesso em: 06/11/2025.

PUGA, F. P. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. (Textos para Discussão, n. 68). Disponível em: https://bit.ly/49vg1bN . Acesso em: 04/11/2025.

RAMALHO, A. Inflação e Plano Real. **Revista das Faculdades de Tecnologia e de Ciências Econômicas**, Contábeis e de Administração de Empresas Padre Anchieta, Jundiaí, v. 5, n. 10, p. 7-18, 2004. Disponível em: https://www.anchieta.br/revistaface/edicao10/InflacaoPlanoReal.pdf. Acesso em: 07/11/2025.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 35, p. 11-30, 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678. Acesso em: 29/10/2025.

RIBEIRO, T. J. **Plano Real: uma análise sobre os fatores que contribuíram para sua formulação e implementação.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, Rio de Janeiro. Disponível em:

Plano Real: Sua história e seu resultado - Tomás Jundi Ribeiro (PUC-Rio, 2023) . Acesso em: 01/11/2025.

RODRIGUES, O. **A contribuição dos grandes economistas brasileiros para a compreensão da década de oitenta ou década perdida.** 2011. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3LOPKve. Acesso em: 29/10/2025.

SÁ, L. L. S. **A economia brasileira pós-Plano Real na década de 90.** 2008. 63 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: https://www.repositorio.unicamp.br. Acesso em: 01/11/2025.

SACHS, J.; ZINI JR., Á. A inflação brasileira e o “Plano Real”. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 3-28, abr./jun. 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/5kRPY7Tfs6KnFxKqGx7kYjR. Acesso em: 04/11/2025.

SALOMÃO, I. C. O Plano Real. **Informações FIPE**, São Paulo, v. 520, p. 61-63, abr. 2024. Disponível em: https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif520-61-63.pdf. Acesso em: 09/11/2025.

SILVA, K. S. A URV na história econômica do Brasil na luta contra a inflação inercial. **Revista Unifev: Ciência & Tecnologia**, Votuporanga, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2017. Disponível em: https://periodicos.unifev.edu.br/revistaunifev/article/view/276/309. Acesso em: 09/11/2025.

SOARES, R. P. **Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n. 808). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1969 . Acesso em: 09/11/2025.

SOUZA, G. **Sistema bancário brasileiro: análise da composição da receita antes e após o Plano Real.** 2015. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Finanças - Pós-graduação lato sensu em nível de especialização) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52434. Acesso em: 09/11/2025.

ZORTÉA, C. **Análise dos planos econômicos brasileiros: fracassos e sucessos.** 2015. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140372 . Acesso em: 09/11/2025.